



Compensação Previdenciária

EXISTÊNCIA DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960

Art. 3º São excluídos do regime desta lei:

I - os servidores civis e militares da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios e do Distrito Federal, bem como os das respectivas autarquias, que estejam sujeitos a regimes próprios de previdência, salvo se forem contribuintes da Previdência Social Urbana;

Parágrafo único. Os servidores de que trata o inciso I deste artigo, que tenham garantido apenas aposentadoria pelo Estado ou Município, terão regime especial de contribuição, fazendo jus, pela Previdência Social Urbana, exclusivamente aos benefícios estabelecidos na alínea " f ", do inciso I, nas alíneas " a ", " b ", e " c " do inciso II e no inciso III do artigo 22.

EXISTÊNCIA DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960

Art. 22. As prestações asseguradas pela previdência social consistem em benefícios e serviços, a saber:

I - quanto aos segurados:

f) auxílio-natalidade;

II - quanto aos dependentes:

a) pensão;

b) auxílio-reclusão;

c) auxílio-funeral;

III - quanto aos beneficiários em geral:

a) assistência médica, farmacêutica e odontológica;

b) assistência complementar; e

c) assistência reeducativa e de readaptação profissional.

Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975

Art. 1º Os funcionários públicos civis de órgãos da Administração Federal Direta e das Autarquias Federais que houverem completado 5 (cinco) anos de efetivo exercício **terão computado**, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, na forma da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, **o tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960**, e legislação subsequente.

Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975

Art. 2º Os segurados do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que já houverem realizado 60 (sessenta) contribuições mensais **terão computado**, para todos os benefícios previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações contidas na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, ressalvado o disposto no artigo 6º, **o tempo de serviço público prestado à administração Federal Direta e às Autarquias Federais.**

CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975

Art. 8º As aposentadorias e demais benefícios de que tratam os artigos 1º e 2º, resultantes da contagem recíproca de tempo de serviço prevista nesta Lei, serão concedidos e pagos pelo sistema a que pertencer o interessado ao requerê-los e seu valor será calculado na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. O ônus financeiro decorrente caberá, conforme o caso, integralmente ao Tesouro Nacional, à Autarquia Federal ou ao SASSE, à conta de dotações orçamentárias próprias, ou ao INPS, à conta de recursos que lhe forem consignados pela União, na forma do inciso IV, do artigo 69, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

LEI Nº 6.864, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1980

Art. 3º O disposto nesta **Lei estender-se-á aos servidores públicos civis e militares, inclusive autárquicos, dos Estados e Municípios que assegurem, mediante legislação - própria, a contagem do tempo de serviço** prestado em atividade regida pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, pelos cofres estaduais ou municipais.

Art. 202.

§ 2º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

Art. 201.

§ 9º Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

Art. 201.

§ 9º-A. O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE OS REGIMES

Lei n. 9.796, de 1999:

Art. 1º A compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na hipótese de contagem recíproca de tempos de contribuição, obedecerá às disposições desta Lei.

O QUE É A COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA?

Compensação Previdenciária é o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e destes entre si, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição (aposentadorias e pensões decorrentes).

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES



COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

O CRP deixou de ser exigência para pagamento da compensação:

Art. 7º

.....

IV – suspensão do pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999 (Revogado pela Lei n. 13.846).

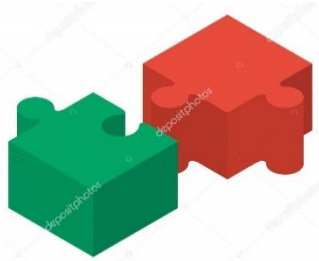
A compensação previdenciária passa a ser critério para o CRP:

Art. 1º

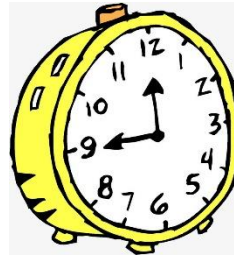
.....

§ 2º Os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios operacionalizarão a compensação financeira a que se referem o § 9º do art. 201 da Constituição Federal e a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, entre si e com o regime geral de previdência social, sob pena de incidirem nas sanções de que trata o art. 7º desta Lei

Algumas mudanças do Decreto nº 10.188, de 2019.



Unificar Decreto da
Compensação RGPS x
RPPS e RPPS x RPPS.



Estabelecer atualização pela
não análise do requerimento
no prazo estabelecido



Estabelecer o início do prazo
prescricional após o registro
no Tribunal de Contas



Criação do período do
Estoque RPPS



Competência do CRPS para
julgar recursos da
compensação previdenciária



Sanções pela não
participação e pela
inadimplência da
compensação previdenciária



Gestão da compensação
pelo CNRPPS

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

Aplica-se à benefícios de aposentadoria concedidos a **partir de 5 de outubro de 1988, desde que em manutenção em 06 de maio de 1999 ou concedidos após essa data**, com contagem recíproca de tempo de contribuição, bem como às pensões por morte que deles decorrerem, **excluída a aposentadoria por invalidez decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e a pensão dela decorrente.**

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

Regime de origem: o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes;

Regime instituidor: o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão por morte dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

Estoque RGPS: os valores da compensação financeira em atraso relativos ao período entre 5 de outubro de 1988 e 5 de maio de 1999, dos benefícios concedidos nesse período com contagem recíproca do tempo de contribuição do RGPS, ou do RPPS na hipótese do RGPS ser o regime instituidor, desde que em manutenção em 5 de maio de 1999;

Estoque RPPS: os valores da compensação financeira em atraso relativos ao período entre 5 de outubro de 1988 e 5 de maio de 1999, dos benefícios concedidos nesse período com contagem recíproca de outro RPPS, desde que em manutenção em 5 de maio de 1999, ou no período de 6 de maio de 1999 até a entrada em vigor do Decreto.

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES



Dados pessoais



**Valor da
aposentadoria**



**Tempo de
Contribuição**
(utilizado e total)



CTC



Laudo médico



**Ato de
concessão**



**Ato de registro
no TCE/TCM**

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

Será estabelecido **prazo** para que o regime de origem **analise os requerimentos apresentados pelos regimes instituidores**, observada a ordem cronológica dos requerimentos, incidindo a **mesma atualização dos valores dos recolhimentos em atraso de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo RGPS** aos requerimentos que ultrapassarem o prazo determinado.

Portaria nº 15.829, de 2020.



Prazo para análise dos requerimentos.

Art. 4º Nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto nº 10.188, de 2019, a partir de 1º de janeiro de 2022, os requerimentos de compensação financeira apresentados pelos regimes instituidores **deverão ser analisados pelos regimes de origem em até 1.080 (mil e oitenta) dias**, sob pena de incidir a mesma atualização dos valores dos recolhimentos em atraso de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo RGPS aos requerimentos que ultrapassarem esse prazo.

§ 1º O prazo para análise dos requerimentos previsto no caput será reduzido para:

- I - 540 (quinhentos e quarenta) dias, em 2023;
- II - 360 (trezentos e sessenta) dias, em 2024;
- III - 180 (cento e oitenta) dias, em 2025; e
- IV - 90 (noventa) dias, a partir de 2026.

Portaria nº 15.829, de 2020.



Prazo para análise dos
requerimentos.

§ 3º Para efeitos do caput, serão aplicados:

I - a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento; e

II - a taxa de um por cento no mês do pagamento.

§ 4º O previsto neste artigo se aplica à compensação financeira entre o RGPS e os RPPS e dos RPPS entre si.

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

Art. 12. Aplica-se a prescrição quinquenal, nos termos do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, aos valores não pagos nem reclamados em época própria, do surgimento da pretensão, que ocorrerá:

I - no primeiro dia subsequente ao registro do ato concessório de aposentadoria ou pensão pelo Tribunal de Contas competente, quando o regime instituidor for o RPPS; ou

II - no primeiro dia subsequente ao recebimento da primeira prestação, quando o regime instituidor for o RGPS.

Parágrafo único. O prazo prescricional da compensação financeira relativo ao período do estoque RPPS **será contado a partir da entrada em vigor deste Decreto.**



31/12/2025



CONSELHO NACIONAL DOS RPPS



Representantes da União:

2 SPREV
1 SGDP
1 INSS
1 Sindicato



Representantes dos Estados e
DF:

2 RPPS
1 Associação Estadual Patronal
1 Tribunal de Contas
1 Sindicato



Representantes dos Municípios:

2 RPPS
1 Associação Municipal Patronal
1 Associação Nac. RPPS
1 Sindicato

CONSELHO NACIONAL DOS RPPS

SPREV: Naron Gutierre (Secretário de Previdência) e Alex Albert (Subsecretário dos RPPS)

SGPD: Fábio Teizo (Secretário-Adjunto de Gestão e Desempenho de Pessoal);

INSS: Leonardo Rolim (Presidente do INSS);

TCE: Ronaldo Ribeiro (Conselheiro Substituto do TCE/MT);

CONAPREV:

Estados: Roberto Moises (Alagoas) e José Roberto (São Paulo);

Municípios: Daniela Benayon (Manaus) e Gleison Pereira (Belo Horizonte);

Associação Nacional de RPPS: João Figueiredo (Abipem);

Associação Patronal Estados: Elliton Oliveira (CONSEFAZ);

Associação Patronal Municípios: Paulo Ziulkoski (CNM);

SERVIDORES:

União: Décio Bruno (FONACATE);

Estados e DF: Renilson José Pereira (FENASEPE);

Municípios: Alderi Zanatta (CSPB)

Canais de Atendimento



É um problemas de sistema?

<http://suporte.dataprev.gov.br>



É uma dúvida sobre as regras da compensação?

<http://gescon.dataprev.gov.br/Gescon>

Para todas as coisas...

Ofícios circulares, manuais, vídeos e demais informações no site da SPREV.

 Ministério da Economia

Órgãos do Governo | Acesso à Informação | Legislação | Acessibilidade |  Entrar

 Secretaria de Previdência

Buscar no Site 

 > Assuntos > Previdência no Serviço Público > [Compensação Previdenciária](#) > [Compensação Previdenciária](#) 

Compensação Previdenciária

Publicado em 02/02/2021 08h40 | Atualizado em 14/06/2021 14h38

Compartilhe:   

[Acessar Novo COMPREV](#) | [Acessar COMPREV \(CV3 - Antigo\)](#) | [EMISSÃO DE GPS](#) | [Treinamento e Manuais Novo COMPREV](#)

Informações Gerais



www.gov.br/previdencia

Obrigado

Leonardo da Silva Motta

Coordenador-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal